

Territórios, comuns e extrativismo: ameaças à construção do Bem Viver no Equador

Carolina Viola Reyes

Professora da Universidade de Caracas

Tradução Caio Dayrell Santos

Introdução

O Bem Viver implica em um conjunto de realidades, experiências, práticas e valores marginalizados pela história oficial. “É essa busca da vida em harmonia do ser humano consigo mesmo, com seus congêneres e com a natureza, entendendo por sua vez que todos somos natureza, que somos interdependentes uns dos outros e que existimos a partir do outro” (Alberto Acosta). Implica reconstruir a vida a partir da reconstrução do que nos é comum. Um esquema onde o individual e coletivo coexistem em harmonia, permitindo produzir e reproduzir o território e a vida que o habita.

Esta visão supera uma relação antropocêntrica, que busca dominar e subjazer a natureza sem perceber que, no processo, subjaz e domina a si mesmo; assim se propõe uma visão sócio-biocêntrica, onde a natureza emerge como sujeito de direitos.

Uma visão que, por sua vez, é incompatível com a afirmação das novas formas de extrativismo extremo que caracterizam nosso século. Uma nova fase no modelo de extração que exacerba os processos de despojo da terra e da vida, um abarcamento que implica a expansão das fronteiras extrativas nos territórios e nos corpos de quem os habita e produz de forma cotidiana.

Da institucionalização do Bem Viver à renovação das estratégias de despojo: extração e energias extremas no Equador.

A incorporação do conceito de Bem Viver na constituição do Equador, em 2008, significou uma vitória do movimento indígena e ecologista. Um feito sem precedentes que implicou por sua vez o reconhecimento da natureza como sujeito de direitos, gerando as bases normativas para impulsionar uma transição até um novo modelo mais equilibrado de sociedade, gradualmente construindo em seu seio comunidades políticas mais justas e equitativas.

Não obstante, este reconhecimento formal foi insuficiente na hora de frear os processos de despojo que caracterizaram a história do Equador desde a colônia. Neste sentido, é importante assinalar que a história econômica do país é a história das fases de afirmação e diversificação/concentração do modelo extrativista; desde o auge cacauero no século XIX até o descobrimento de petróleo nos fins dos anos 70 no século XX, a história do Equador é uma longa história de extração e despojo.

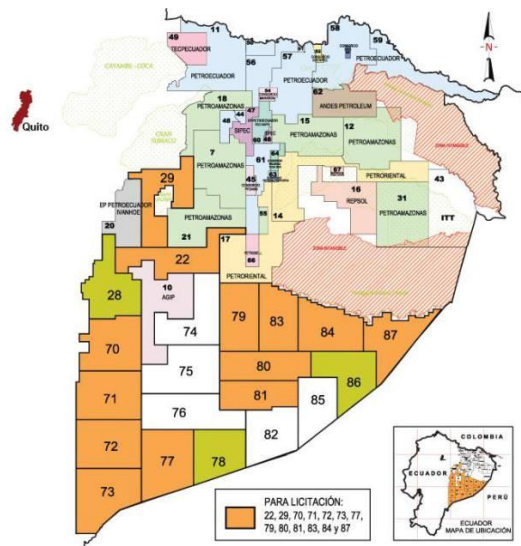
A transição da norma para sua aplicação foi mais difícil do que o esperado. Hoje, 10 anos depois de proclamar o Bem Viver como um futuro desejável, 15% do território nacional está cedido às mineradoras públicas e privadas; estamos vivendo, pela primeira vez a mineração em grande escala, afetando territórios indígenas (por exemplo, o projeto San Carlos Panantza no território Shuar) e fontes d'água (como no caso da mina do Rio Branco e Quimsacocha na província de Azuay), assim como a expansão da fronteira petrolífera até áreas de extração extrema, como é o caso das reservas de óleo extrapesado de Yasuní ou a difícil recuperação em um complexo pântano como o de Pañacocha.

Imagem 1: Vista aérea do acampamento de Pañacocha



Fonte: Petroamazonas

Imagem 2: Blocos petrolíferos concedidos e por conceder



Fonte: Enviroment Justice Atlas¹

¹ Disponível em: < https://file.ejatl.org/img/Conflict/bloques-7-y-21/Ecuador_mapa_bloques.jpg >, acesso em 22/05/2019

A expansão da extração a áreas inexploradas e cada vez mais sensíveis põe em risco a vida de todos e todas. As consequências serão irreversíveis, afastando toda possibilidade real de construção de um outro mundo possível. A violência extrema com que se manifestam hoje os dispositivos de controle sobre os corpos e territórios nessas áreas de onde se extraem os recursos dão conta da configuração de um novo padrão de dominação, característico desta fase extrema da extração de recursos nos países do Sul. Um novo padrão que tem entre suas principais características um papel complacente e, ao mesmo tempo, ativo por parte do Estado. Este, ainda mais que no passado, está pronto para aplicar estratégias de controle biopolítico que envolvem os territórios afetados, seus povos e as possíveis redes de apoio que se formam diante das injustiças, das assimetrias e da violência.

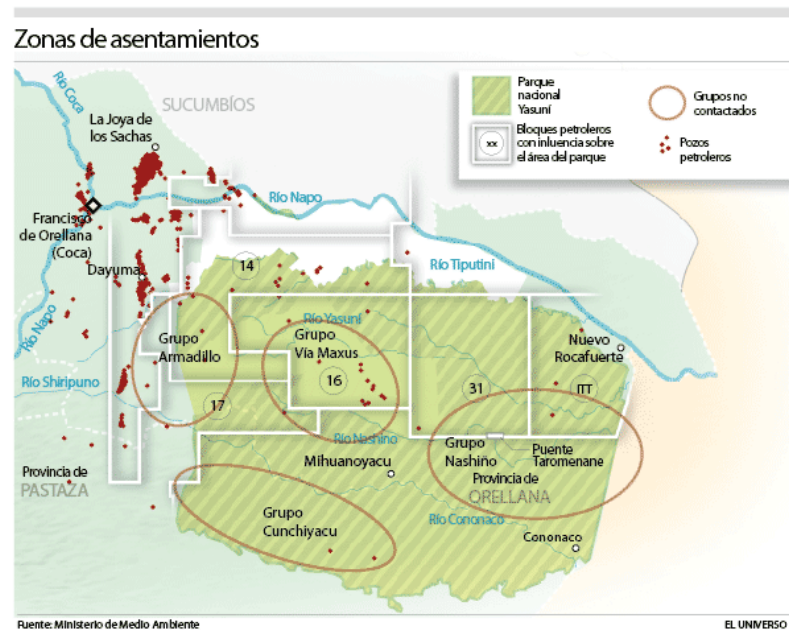
Para poder explicar do que falamos quando indicamos a existência de extração extrema vou apresentar dois casos emblemáticos que marcaram a agenda do movimento indígena e ambientalista no Equador nos últimos dez anos: o Yasuní ITT e as minas à céu aberto na cordilheira do Condor (Fruta del Norte, projeto San Carlos Panantza e projeto Mirador).

Em todos os casos analisados, os efeitos que geram esses processos de extração extrema se manifestam com particular virulência sobre o corpo das mulheres, guardiãs dos comuns e do território, responsáveis pela reprodução da vida de suas famílias e de sua comunidade. A extração extrema é patriarcal, busca dominar a natureza e os corpos, sendo os corpos das mulheres a última fronteira da resistência.

O Yasuní ITT: as mulheres e a resistência contra a extração petroleira

Parque Nacional Yasuní é um parque nacional equatoriano que se estende sobre uma área de 9.820 quilômetros quadrados nas províncias de Pastaza e Orellana, entre o rio Napo e o rio Curaray em plena bacia amazônica a cerca de 250 quilômetros a sudeste de Quito. O parque, fundamentalmente selvagem, foi designado pela Unesco em 1989 como uma reserva da biosfera e é parte do território onde se encontra localizada a Nação Huaorani – ao redor de 16 assentamentos na zona- e duas facções Wao, os Tagaeri e Taromenane, reconhecidos pelo Estado como grupos em isolamento voluntário ou, como preferimos nomeá-los desde os movimentos ambientalistas, os últimos povos livres do Equador.

Imagem 3: Zona de exploração e observação de povos livres



Fonte: Amazon Watch²

Por sua importância ecológica e cultural, este território se configurou como símbolo da luta contra o extrativismo e a defesa dos povos originários amazônicos e seus territórios. Dali que o governo de Rafael Correa decidiu fazer sua proposta ao início de seu mandato, em 2007. Se o movimento percebeu a abertura do governo como uma conquista, isso só sinalizava o caminho até o fim da iniciativa de defesa dos povos e seus ecossistemas, reduzidos a um intercâmbio monetário entre o Sul subdesenvolvido e um Norte desenvolvido que deve, de alguma maneira, solucionar o subdesenvolvimento do Sul. Sem negar a persistência das assimetrias entre o Norte e o Sul - e a responsabilidade dos primeiros nela - é difícil condicionar a resistência histórica dos povos a solidariedade de uma comunidade internacional cada vez menos solidária e mais apática a problemas globais. Não é possível condicionar a sobrevivência dos povos a uma retribuição monetária.

Depois de 5 anos impulsionando a iniciativa Yasuni ITT, entre lobistas, responsabilidade social corporativa e burocracia internacional, a proposta foi sepultada

² Disponível em: < <https://amazonwatch.org/news/2013/0825-rights-and-responsibility-the-failure-of-yasuni> >, acesso em 26/05/2019

definitivamente sob um discurso que "a comunidade internacional nos havia falhado". Agosto de 2013 será marcado como o dia em que o Estado equatoriano ditou a sentença de morte aos últimos povos livres do planeta. A importância simbólica de Yasuni ITT se evidencia na configuração de sua resistência. A resistência à exploração petroleira foi liderada por mulheres Wao, que se negavam a aceitar a negociação do Estado com os homens da comunidade em aliança com grupos de jovens ecologistas urbanos. Sob o grito "Por o Yasuní ninguém se cansa" as mulheres amazônicas caminharam desde Puyo e chegaram a Quito – duas semanas de travessia com seus filhos - sendo recebidas pelos grupos urbanos de apoio, o que se desdobrou em amplas redes de solidariedade. Por sua parte, o presidente equatoriano se negou a recebê-las, viajando a Puyo, na Amazônia, para se reunir com a dirigência masculina. A ruptura deixou as mulheres indefesas frente às operações da polícia e dos militares, da empresa e de suas próprias famílias, fomentando assim a violência patriarcal tanto no exterior e quanto no interior da comunidade.

Neste ponto, é importante assinalar que os processos extrativos masculinizam os territórios, elevando a vulnerabilidade e os riscos às mulheres. A chegada massiva de trabalhadores, em sua grande maioria homens, muda a lógica de apropriação dos comuns, sendo as mulheres profundamente restringidas em seu acesso e administração. A atividade petroleira acompanha a proliferação de prostíbulos e aumento do consumo de álcool; a abertura de trilhas aproveitadas por madeireiros - muitos de grupos armados ilegais que amedrontam as comunidades. Aumentam assim casos de estupro e desaparecimentos de mulheres nas comunidades localizadas na área de influência. Redes de tráfico humano e de drogas operam frente a impunidade que os ampara.

Atualmente já se iniciou a exploração petroleira nesta área. Uma exploração realizada em zonas pantanosas e olhos d'água que formam um sistema interconectado de rios e lagoas, lugares comuns por excelência das comunidades indígenas amazônicas. Da mesma maneira, a crescente atividade nesta zona deixa de esperar novos conflitos com as comunidades e os povos livres Tagaeri e Taromanane.

O petróleo de Yasuní cumpre com as características da extração extrema. A densidade do óleo – que se parece com uma seiva- demanda a injeção de petróleo de melhor qualidade para seu transporte, isto implica no uso crescente de tecnologias pela características geológicas que possui, tornando-o em um processo extrativo custoso. É extrema também pelos riscos extremos que implica para a vida em Yasuni ITT, de sua

fauna, sua flora e dos povos indígenas que os protegem das garras do capitalismo selvagem e predador por mais de dois séculos. Ademais, é extrema a opacidade que caracteriza os processos de negociação entre estados protagonizados pelo gigante asiático, facilitando a sua vez as dinâmicas de corrupção extrema que hoje ocultam a história política das primeiras décadas do século XXI.

A cordilheira do Condor: Tundayme e o Projeto Mirador

Na cordilheira do Condor, zona de altíssima biodiversidade e lar do povo Shuar-Arutam, o Estado equatoriano tem três projetos de mineração de grande escala a céu aberto: Fruta del Norte, Mirador e San Carlos Panantza.

Imagem 4: Projetos minerador no sul do Equador



Fonte: Jornal El Comercio³

Dos três megaprojetos mineradores o mais avançado é Mirador, atualmente em fase de exploração com um avanço de 60% (El Comercio, 2018). Ele já gera impactos visíveis e irreversíveis nos territórios e povos já foram afetados. A observação das mudanças na forma de apropriação dos comuns dão conta do dano profundo realizado às comunidades com o início da extração.

Mirador, localizado no Cantón El Pangui em Zamora Chinchipe, deu vez à dinâmica de despojo que caracteriza a intervenção da mineração chinesa no Equador. Desapareceu o povo de São Marcos na Paróquia Tundayme, foi apagado do mapa junto com sua história e população que teve que se assentar longe de sua terra. Onde antes estava a escola e a igreja, hoje se firma o acampamento da empresa estatal China ECSA. Os habitantes da zona que não foram expulsos mudaram seus comércios tradicionais por restaurantes com lanternas chinesas na porta. A chegada de trabalhadores equatorianos, peruanos e chineses provocou um processo acelerado de masculinização do território, as mulheres vêem sua circulação limitada e foram confinadas a espaços privados diante da imperante insegurança. As expectativas de trabalho bem pago de quem apoiou a chegada da mineração hoje se confrontam com realidade das duras condições laborais e baixos salários que caracterizam todos os novos projetos extrativos, frente a indulgência dos controles estatais no respeito a normas trabalhistas e ambientais.

O rio, que é onde se pesca, onde se bebe, onde se lava, hoje apresenta uma cor café pela remoção de terras e mal manejo dos rejeitos que produz a mina. As fontes de água estão minguando; antes eram fonte de vida, hoje, são a origem de doenças que afetam às comunidades. Se espera que este ano comece a produção de cobre nesta zona, multiplicando os impactos gerados até agora.

San Carlos Panantza: a desapareição do povo das cachoeiras sagradas (Nakintza)

O projeto San Carlos Panantza se localiza no grande território Shuar Arutam. Povo guerreiro da Amazônia equatoriana e peruano, dono e guardião da selva onde Deus Arutam habita. Em dezembro de 2016, um despejo violento da comunidade de Nankintza

³ Disponível em: < <https://www.elcomercio.com/actualidad/inversion-mineria-ecuador-china-negocios.html> >, acesso em 23/05/2019.

marcava o início da extração de minérios nesta zona. O despejo de Nankintza se deu em meio da resistência da comunidade, amedrontada pelas balas de um exército bem treinado e munido para sucumbir seu próprio povo com a força mecânica de retroescavadeiras, que em minutos desapareceram o que um dia foi o lar da nação Shuar.

A resistência ao despejo teve um preço muito alto: um policial morto e dezenas de feridos em ambos os lados. Desatou a caça aos líderes da resistência; a busca dos fugitivos justificou o despejo das comunidades de Tsunsui e San Pedro. As mulheres fugiram através da selva, caminhando a noite inteira com crianças e idosos. Os homens tiveram que se esconder na selva para evitar serem presos. As comunidades foram saqueadas e ficaram abandonadas por meses frente às ameaças constantes do exército.

Em resposta aos incidentes, o governo chinês emitiu um comunicado exigindo que o Equador garanta os investimentos chineses na zona. A resposta foi imediata. Se declarou Estado de exceção, isolando as comunidades e impedindo a entrada dos grupos de apoio no território durante três meses. Por sua parte, as forças de ordem equatorianas exerceram com extrema crueldade o mandato de despejo: queimaram casas, destroçaram cultivos e assassinaram os animais da comunidade, “nem uma galinha ou pintinho nos deixaram [...] mataram meu cachorrinho e deixaram uma mensagem, que nós também morreríamos como cachorros” (Testemunho de Mujer Shuar, Tsunsui, 01/06/2017).

Já se passou mais de um ano desde o despejo de Nankintza, onde antes havia piscinas de tilápias e criadouros de frango estão os hangares do acampamento mineiro.. O governo nega a existência de um assentamento Shuar anterior ao acampamento, borrou a golpes de retroescavadora sua existência física e aspira apagar, através da construção de uma narrativa desde o poder, a memória de seus povos. O que antes foi território Shuar, hoje, está ocupado pela empresa China EXA; o exército equatoriano garante a segurança da mineradora restringindo as possibilidades de acesso e circulação no território. As comunidades de Tsunsui e San Pedro regressaram a seus lares empobrecidos (o saqueio, roubos de animais e queima de cultivos dificultam suas possibilidades concretas de existência), no entanto, as práticas de amedrontamento como sobrevoos de helicóptero e o controle da livre circulação não tem cessado. O território está fragmentado, surgem por todos os lugares cartéis que declaram propriedade privada às terras comunitárias ancestrais da Grande Nação Shuar.

Como conclusão....

Há 4 séculos o filósofo holandês Baruch Spinoza afirmava: “Qualquer coisa que seja contrária à Natureza também é contrária à razão e qualquer coisa contrária a razão é absurda”; ou seja, o nosso é um mundo onde impera o absurdo: destruindo a natureza nos destruimos a nós mesmos. O bem viver é uma visão de mundo que emerge desde os povos do Sul, que supera o antropocentrismo, que advoga por uma relação diversa dos homens e das mulheres com a natureza e seu entorno; um modo de vida que implica a proteção e a recuperação dos comuns como espaços de construção cotidiana de comunidade. Se trata de uma visão construída desde as práticas de nossos povos originários, em suas lutas cotidianas de resistência contra a voracidade do capital. As possibilidades reais de construção desse outro mundo possível, estão intimamente ligadas a sobrevivência de esses povos.

Por sua parte, o novo padrão de dominação que acompanha a aliança entre o capital e os estado implica uma exasperação da violência nos territórios de extração, que fortalece as estruturas patriarcais que propiciam a dominação dos corpos das mulheres e da natureza. Além disso, está implicada a introdução de processos de criminalização das resistências como forma para deslegitimar e desalentar qualquer tentativa de frear a investida do capital extrativo e seu mantra de destruição e morte. É um novo padrão que implica reafirmar a aliança entre o estado e o capital, se fundindo como um dispositivo de despojo das comunidades e das possibilidades de elas produzirem social e politicamente seu território.